

# O PROCESSO DE CONFIGURAR A EDUCAÇÃO SEXUAL COMO POLÍTICA SOCIAL EM CUBA: 1959-2003.

MARIELA CASTRO-ESPÍN

## RESUMO

As iniciativas desenvolvidas durante o processo revolucionário cubano que proporcionaram os direitos iguais às mulheres, não só trouxeram mudanças substanciais na condição das mulheres e dos homens, como também no estabelecimento de políticas sociais que incluíram um Programa Nacional de Educação Sexual, cujos benefícios principais se destinavam às mulheres, meninas, meninos, adolescentes e jovens. Aqui é apresentado um panorama das etapas principais do processo de institucionalizar a educação sexual como elemento da política social, de 1959 a 2003, e valorizar seus desafios principais. Nessa análise, a educação sexual é considerada como parte e expressão do objetivo da política mais geral: a igualdade social e de gênero. É insuficiente a implementação de leis e políticas para garantir o respeito aos direitos sexuais. Elas devem apoiar-se em estratégias permanentes de educação e comunicação social, e ser avaliadas constantemente.

*Palavras-chave:* educação sexual; direitos sexuais; políticas sociais; orientação sexual.

## INTRODUÇÃO

A sexualidade expressa a inter-relação dialética permanente entre condicionantes bio-fisiológicos, psicossociais, ambientais, econômicos, religiosos, espirituais e histórico-culturais concretos.

As contradições complexas e as inquietudes relacionadas aos sexos, aos gêneros, às sexualidades, sua educação e suas conseqüentes repercussões na saúde, não podem ser atendidas integralmente a partir de esforços isolados de indivíduos, famílias, comunidades, organizações públicas e sociedade civil, sem o apoio do Estado.



*“As mudanças que dependem da consciência social não se articulam automaticamente sobre as transformações da estrutura econômica e legal, mesmo que este seja um passo determinante. Os estereótipos, os preconceitos, as condutas e os juízos de valor sexistas arraigados nas tradições da cultura patriarcal se modificam em um processo complexo de reconceitualização no qual incidem a vontade política, a legislação, os meios de difusão, a escola, a família, a subjetividade de cada indivíduo: a sociedade em seu conjunto.” (Moya-Richard, 2009).*

Esse trabalho assume a política social:

*“Como uma estratégia de intervenção, a partir do poder político, sobre as relações sociais, como um projeto e uma intencionalidade (explícitos ou implícitos) de configuração da estrutura social com base no modelo de sociedade pré-determinado e no qual se priorizam os interesses de determinado agente social.” (Espina-Prieto, 2010, p.220).*

A política social se concretiza em programas de ação das instituições que, mediante o esforço organizado, se dirigem para atender às necessidades sociais cuja solução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, pois requer decisão coletiva regulamentada, amparada por leis impessoais e objetivas, que garantam os direitos.

O projeto social cubano que, com amplo apoio popular, assumiu o poder político em 1959, expressava os anseios antigos de independência nacional e soberania. O ideal

revolucionário nutriu-se também das lutas históricas das mulheres cubanas por seus direitos e reivindicações. As bases gerais do processo para configurar a educação sexual como política social em Cuba, foram geradas justamente nesse cenário histórico. As etapas da educação sexual em Cuba, entre os anos de 1959 e 2003, ocorreram a partir da análise desse processo.

## 1959-1974 A MULHER NA POLÍTICA SOCIAL E A ATENÇÃO À SUA SAÚDE

No início de 1959, na população cubana, existia uma situação epidemiológica precária, impactada pelas condições de classe social, gênero, cor da pele, territorialidade e outros determinantes sociais. A vida e a saúde das mulheres e de seus descendentes estavam afetadas consideravelmente pelo número excessivo de gravidezes e partos, assim como pela prática do aborto em condições de alto risco. “Entre 1959 e 1965 estimava-se em torno de 120 mortes maternas em cada 100 mil nascidos vivos”. (Sosa-Marín, 2008, p.1).

Está documentado que a mortalidade infantil no período pré-revolucionário era maior de 60:1.000 nascidos vivos no primeiro ano de vida (Comitê Central do Partido Comunista de Cuba, 1978, p.136); em 1958 havia um mi-

lhão de analfabetos absolutos, mais de um milhão de semianalfabetos, seiscentas mil crianças sem escola e dez mil professores sem trabalho (ibidem: p.116,117). Segundo o censo de população e domicílio de 1953, trabalhavam, com ou sem salário, 13,9% das mulheres (ONE, 2010, p.24).

Em 1959, as organizações feministas e de mulheres, que já operavam na Ilha, com histórias e pontos de vista diferentes, e capacidade de ação, expressaram à diretoria da Revolução nascente sua vontade de participar nas decisões e nas mudanças socioeconômicas, políticas e culturais da nação.

*“Ao produzir-se o triunfo da Revolução existiam em nosso país alguns grupos femininos de caráter social e outros que respondiam por movimentos políticos diferentes. Nos primeiros meses de 1959 surgiram mais alguns em apoio às leis revolucionárias ou pronunciando-se por reivindicações femininas.” (Federación de Mujeres Cubanas, 1975, p.95).*

Essa etapa caracterizou-se, essencialmente, pela atenção à igualdade de direitos da mulher e à promoção de sua saúde reprodutiva estreitamente vinculada ao surgimento e desenvolvimento da Federação de Mulheres Cubanas (FMC).



*“Mulheres de muitos setores diferentes: trabalhadoras, agricultoras, donas de casa, mulheres combatentes na montanha e na clandestinidade, comunicam-me que decidiram criar uma organização de todas as mulheres do país «para com seu trabalho voluntário fazer a Revolução», dito com suas palavras [...] Assim se criou a Federação de Mulheres Cubanas.” (Espín-Guillois, 2007, p.23,24).*

Os esforços para organizar um Sistema Nacional de Saúde Pública evidenciaram as péssimas condições de vida da grande maioria da população. Além disso, a escassez de pessoal médico e de enfermagem para atender massivamente à saúde de toda a população, nas comunidades, obrigava a identificar atores sociais para essa missão:



*“A batalha que se iniciou nos primeiros anos da Revolução para combater as enfermidades transmissíveis, as diarreias agudas e as mortes maternas, impeliu para a busca e o apoio imediatos das organizações de massa para participar das atividades de vacinação e audiências sanitárias. [...] Aqui começava a intersectorialidade por meio das organizações de massa.” (Terry-Moliner, 2007).*

Ao participar dos programas de saúde e de educação, junto às outras organizações de massa – Comitê de Defesa da Revolução, em 1961, e Associação Nacional de Agricultores Pequenos, em 1962 – a FMC começou a ocupar-se dos aspectos principais que afetavam a saúde e a vida das mulheres:

*“[...] mulheres envelhecidas prematuramente, sobretudo nas áreas do campo, pelo excessivo número de gravidezes e partos, como consequência da falta de conhecimento e de formas para planejar sua vida e sua família [...] o alto índice de mulheres que recorria ao aborto em condições de risco alto.” (Espín-Guillois, 2007, p.24).*

O ano de 1961 constituiu um período de eventos transcendentais que determinaram o sentido da Revolução Cubana. A FMC qualificou-o como o ano do grande desafio para a história da organização feminina: o desenvolvimento da Campanha Nacional de Alfabetização e a constituição das Milícias Nacionais Revolucionárias. Criou-se os primeiros círculos infantis, quando foram introduzidos os elementos de não discriminação entre meninas e meninos em idade pré-escolar (de 0 a 6 anos de idade). Simultaneamente foram preparados 1.200 assistentes, 300 diretoras e 300 orientadoras da saúde para trabalhar nessas instituições infantis, que facilitavam a incorporação das mulheres ao trabalho. Iniciou-se a Escola para as mulheres do campo, que beneficiou 14 mil moças dos lugares mais remotos de nossa geografia; criou-se as Escolas de Superação para Trabalhadoras Domésticas; deu-se início à campanha para erradicar a prostituição; organizou-se as Brigadas Sanitárias da FMC, com cursos de primeiros socorros, programas de imunização; e mobilizou-se a organização de mulheres para defender a Revolução nos sucessos de Praia Girón (Espín-Guillois, 1990a).

A FMC contribuiu para reorientar a busca de soluções direcionadas para chegar à decisão de institucionalizar o aborto como um serviço do Sistema Nacional de Saúde (SNS) com as condições mé-

dico sanitárias requeridas. Em 1965, estabeleceu-se que esse procedimento deveria ser gratuito, realizado por mãos especializadas, em condições hospitalares e com o consentimento da mulher, com o objetivo de preservar a vida das mulheres e garantir seu direito de decidir sobre seu corpo. A violação desses requisitos foi punida, em 1979, mediante o novo Código Penal que substituiu ao Código de Defesa Social de 1936, que ainda estava vigente.

*“Em Cuba, o direito ao aborto como parte integrante dos direitos humanos reprodutivos, constituiu os direitos fundamentais da mulher. A garantia e a proteção do exercício desse direito deve assegurar que a interrupção da gravidez seja realizada nas condições mais saudáveis e com os menores riscos possíveis. Nesse sentido, a prática do aborto deve ser considerada um recurso extremo e não constitui um método anticonceptivo rotineiro para regular a fecundidade.” (Albizu-Campos-Espiñeira et al., 1995, p.52).*



Entre 1965 e 1967, a mortalidade materna foi reduzida à metade, como resultado da institucionalização hospitalar do aborto e da criação dos Programas Nacionais de Planejamento Familiar e de Educação Sexual.

Em 1962 realizaram-se as primeiras atividades de educação sexual com o auxílio de profissionais da saúde. Destaca-se a criação da revista *Mulheres* e seu setor, Debates de Saúde, dirigido à mulher e à família, onde se introduziram temas de saúde reprodutiva e, posteriormente, de educação sexual (Federación de Mujeres Cubanas, 1962). Em 1972, a FMC criou o Grupo Nacional de Trabalho de Educação Sexual (GNTES), dirigido pelo Dr. Celestino Álvarez Lajonchere, encarregado de coordenar o projeto e a instrumentalização do Programa Nacional de Educação Sexual.

O estado de dupla exploração, de gênero e de classe social, a que a mulher estava submetida na Cuba pré-revolucionária, foi denunciado por Fidel Castro em seu discurso de autodefesa, diante do Tribunal de Urgências que o acusava pelo assalto ao quartel Moncada (julho de 1953). No cárcere, tomou forma o documento e a plataforma política *A História me Absolverá* (Castro-Ruz, 1993).

O Estado nascente atuava de modo a garantir os direitos e ser o provedor social. As medidas revolucionárias foram estabelecidas como políticas sociais orientadas para a

conquista da igualdade e do acesso universal a todos os serviços sociais, com ênfase no emprego, na saúde, na educação, na alimentação, na assistência e no seguro social.

De maneira crescente as mulheres incorporaram-se à vida econômica, política, social e cultural, o que contribuiu para desenvolver as Campanhas de Alfabetização – 55% dos alfabetizados em 1961 eram mulheres – e de Vacinação; criar os círculos infantis; eliminar a prostituição como forma de exploração; defender a Revolução e a promulgação de leis e normas que as beneficiavam.

Nessa etapa descrevem-se modificações significativas da fecundidade, reconhecida como a variável decisiva do comportamento demográfico em Cuba (Albizu-Campos-Espiñeira *et al.*, 1995; Alfonso-Fraga, 2006; CEDEM, 2009). Entre 1963 e 1967 registrou-se crescimento natural elevado da população. Essas mudanças foram devidas ao maior amparo econômico, social e político, associado ao acesso aos serviços básicos (saúde, educação, emprego, seguro social) entre outras respostas às solicitações populares (Alfonso-Fraga, 2006).

O Segundo Congresso Nacional da FMC, em 1974, evidenciou as conquistas alcançadas pela organização feminina e propiciou o início de uma estratégia educativa que surgiu como resposta à demanda das mulheres sobre a necessidade de suas filhas e filhos serem educados sexu-

almente. Para isso, em um de seus acordos, foi recomendado elaborar, junto aos ministros de Saúde e de Educação, materiais e planos que contribuíssem para satisfazer tal demanda (Federación de Mujeres Cubanas, 1975).

O significado dessas propostas transcendeu até integrar-se às políticas aprovadas pelo Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba (Departamento de Orientación Revolucionaria, 1976). A partir desse momento ficou estabelecida a educação sexual como política de Estado.

O mais significativo dessa etapa foi a geração de políticas sociais orientadas para reconhecer as particularidades e as desvantagens da condição histórica da mulher e promover sua participação ativa nas mudanças do país. Priorizou-se a atenção específica às suas necessidades e interesses, principalmente, no campo de seus direitos à instrução, ao emprego, aos serviços domésticos e à saúde, incluído o reprodutivo. Estabeleceu-se um olhar de gênero que evoluiu do processo de participação e inclusão social das mulheres até a elaboração de medidas para o exercício pleno de seus direitos, com impacto extraordinário nas políticas.

A educação sexual começou a configurar-se como um dos elementos da política social da revolução, a partir dos programas de apoio às mulheres e sua família.

Enquanto as novas políticas apoiavam os direitos das

mulheres, as posições sexistas resistiam. O predomínio de uma cultura patriarcal e homofóbica, historicamente arraigada e garantida pela hegemonia de uma produção científica estigmatizante, influenciou em não se aplicar o princípio de justiça social e respeito pleno à dignidade humana àquelas pessoas que transgrediram as normas rígidas de gênero e sexualidade.

## 1975-1989 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL

Esse período se caracterizou pelo processo de institucionalização da sociedade e pelo aumento da centralização estatal que contribuiu para reforçar o papel do Estado, quando começava a ficar evidente a feminização da força qualificada do país: incluiu-se a importância da educação sexual nas políticas aprovadas

*“Hoje, nós mulheres cubanas, somos quase a metade da população, 38,7% da força trabalhadora, 58,3% dos técnicos do país, estima-se que há a tendência para manter e aumentar o nível participativo dessa força. Tanto nas graduações sucessivas, como na matrícula feminina há um crescimento constante em todos os cursos: 61% dos estudantes pré-universitários, 57% dos universitários e 55,3% dos graduados desse nível. As mulheres constituem 48% dos médicos, 64% dos médicos de família e mais de 50% dos médicos em 20 especialidades diferentes. Somos 68% dos trabalhadores na educação, 69% em finanças e seguros, 48% em ciência e técnica, e constituímos 46% dos pesquisadores.” (Espín-Guillois, 1990b, p.247).*



pelo I Congresso do Partido Comunista de Cuba em 1975, reunidas de maneira geral em duas resoluções: “Sobre a formação da infância e da juventude” e “Sobre o exercício pleno da igualdade da mulher” (Departamento de Orientación Revolucionaria, 1976). Do mesmo modo, promulgou-se leis que promoveram o exercício pleno da igualdade de direitos da mulher, refletidas na nova Constituição da República, proclamada mediante referendun em 24 de fevereiro de 1976, que dispõe, em seu artigo 42 que “[...] a discriminação por motivo de raça, cor da pele, sexo, origem nacional, crenças religiosas e qualquer outra prejudicial à dignidade humana está condenada e sancionada pela lei” (Asamblea Nacional del Poder Popular, 2003), assim como no Código da Família, aprovado em 1975 pelo Conselho de Ministros do governo revolucionário (República de Cuba, 1975). Este se consistiu em um marco legal indispensável para instituir e promover o contexto da instituição familiar, os valores de igualdade de direitos para o homem e a mulher, como desafiadores nas relações de casal e pais-filhos, dentro e fora do matrimônio. Contudo, não se elaboraram leis de respaldo específico para a educação sexual.

Os ministérios de Educação e Saúde Pública, junto à Federação de Mulheres Cubanas e à União de Jovens Comunistas (UJC) definiram as responsabilidades no desenvolvimento do Programa

de Educação Sexual. Assim mesmo, foi organizada uma rede de comissões regionais e municipais, integrada por ativistas voluntários, para fortalecer o alcance do programa. Todavia, predominou um enfoque biológico nos conteúdos da escola, que somente instruía acerca dos órgãos reprodutores, na disciplina de Biologia no ensino secundário, e sanitarista, no setor da saúde, que centrou suas mensagens na prevenção das enfermidades de transmissão sexual e da gravidez precoce.

Em alguns espaços acadêmicos inicialmente começou a haver interesse em estudar a mulher, depois evoluíram para os estudos efetivos e posteriormente houve a introdução dos estudos de gênero (Vasallo-Barrueta, 2001). Como resultado de um trabalho conjunto entre a FMC, o Ministério de Educação, e o Ministério de Educação Superior, desde 1989, em universidades diferentes, tem-se criado as disciplinas da Mulher e as de Gênero com o objetivo de:

*“[...] consolidar a consciência entre docentes e dirigentes da educação superior sobre a importância de integrar a perspectiva de gênero nos projetos e programas de estudos, assim como nas atividades de investigação e extensão universitária.” (Álvarez-Suárez, 2008, p.9).*

Em 1976 constituiu-se a Assembleia Nacional do Poder Popular (Parlamento unicameral) e suas comissões de trabalho permanentes. Um ano depois, o Grupo Nacional de Trabalho de Educação Sexual (GNTES) adquiriu personalidade jurídica própria e uniu-se ao grupo assessor da Comissão de Atenção à Igualdade de Direitos da Mulher, da Infância e da Juventude.

Em 1978, a taxa de fecundidade caiu para abaixo do nível de substituição populacional (0,95 filhas por mulher), tendência mantida até a atualidade. Esses anos se caracterizaram, também, pela denominada cúspide prematura, com a contribuição importante de mães adolescentes e jovens. Entre 1975 e 1989, mais da metade da fecundidade total ocorreu antes dos 25 anos e um de cada cinco nascimentos correspondeu a mães com menos de 20 anos de idade (Catasus-Cervera y Rodríguez-Gómez, 2009). O impacto da gravidez precoce na saúde, nos projetos de vida e no crescimento pessoal e social das adolescentes determinou as novas ações dirigi-



“El sueño se há realizado, y la semilla es ya árbol que se vê”. Primer Congreso del Partido Comunista de Cuba

das para promover a criação de um programa nacional de educação sexual na escola, com uma perspectiva integradora da sexualidade.

A atenção institucional à transexualidade, como transtorno de identidade de gênero, teve início no Sistema Nacional de Saúde (SNS), em 1979. Por iniciativa da FMC e do GNTES criou-se uma comissão nacional multidisciplinar para o estudo e o diagnóstico da transexualidade que atendesse às demandas explícitas de mudança legal de identidade de gênero e de adequações corporais, com enfoque biomédico (Castro-Espín, 2008).

Em 1988, uma equipe de médicos cubanos realizou a primeira cirurgia dessa natureza a uma transexual feminina, porém, ao divulgar os resultados na imprensa cubana, o Ministério de Saúde Pública (MINSAP) recebeu mensagens de desaprovação por parte da população. Motivo pelo qual esse procedimento foi interrompido.

As atividades desenvolvidas para a educação da sexualidade das mulheres se refletiram nos resultados da Pesquisa Nacional de Fecundidade de 1987: 99% das entrevistadas conhecia pelo menos um método anticonceptivo, enquanto que 93% o havia utilizado (Catasús-Cervera y Rodríguez-Gómez, 2009).

O aparecimento do vírus da imunodeficiência humana (HIV), em 1983, com a irrupção de preconceitos, mitos

e estigmas relacionados às sexualidades e aos gêneros, com a finalidade de abordar a epidemia, obrigou o governo a rever as ações do Programa Nacional de Educação Sexual em concordância à nova política do país. Seu vínculo com as práticas sexuais revelou a contradição existente entre um modelo de promoção de saúde preventiva condutora e o enfoque formativo de educação integral da sexualidade no qual se tentou avançar.

Para facilitar o intercâmbio com sociedades científicas nacionais, regionais e internacionais, em 1985, foi criada a Sociedade Multidisciplinar para o Estudo da Sexualidade (SOCUMES) como uma organização da sociedade civil estreitamente vinculada aos propósitos do GNTES, que em 1989, tornou-se o Centro Nacional de Educação Sexual (CENESEX), instituição especializada e mantida pelo Estado, adstrita ao Ministério de Saúde Pública (CENESEX, 1994).

Essa mudança estrutural permitiu ampliar a capacidade de trabalho e o alcance da política de educação sexual, apoiada por verba e vontade estatal. Graças ao processo de institucionalizar o Programa Nacional de Educação Sexual, a sexualidade passou a ser de interesse público.

Enquanto o Grupo Nacional de Trabalho de Educação Sexual (GNTES) encarregou-se basicamente de coordenar, capacitar e divulgar informações para sensibilizar profissionais e a população

em geral, o CENESEX assumiu função metodológica e acadêmica mais profunda.

*“Entre as funções desenvolvidas pelo CENESEX, encontram-se a de ampliar e aprofundar sua habilidade para a docência, a capacitação e a investigação científica, e assim divulgar e preparar profissionais para oferecer serviços de orientação e terapia sexual. Além disso, a de orientar e assessorar a implementação metodológica das propostas de programas de educação sexual.” (Espín-Guillois, 2007, p.27).*

Embora a década de 1980 tenha se caracterizado pelo fortalecimento das políticas sociais, “[...] o modelo de desenvolvimento que produziu essa tranquilidade relativa começa a dar os primeiros sinais de desgaste” (Proveyer-Cervantes *et al.*, 2010) por causa da contradição entre os grandes gastos sociais e a baixa produtividade e ineficiência do sistema produtivo. No entanto, manteve-se a vontade política para preservar a atenção às necessidades humanas com critérios de justiça e equidade, como condição para o desenvolvimento.



## 1990-2003 DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL E TRANSVERSALIZAÇÃO DE GÊNERO

A experiência socialista nos países do Leste Europeu desarticulada e o recrudescimento do bloqueio econômico, financeiro e comercial imposto à Cuba pelo governo dos Estados Unidos, obrigaram que novas estratégias de sobrevivência fossem criadas para enfrentar as crises do denominado *Período Especial em Tempo de Paz* (Espín-Guillois, 1990a).

Não obstante, respeitou-se o caráter público das políticas sociais, sua universalidade e gratuidade, com base no princípio da atenção às necessidades humanas. Por isso, não surpreende que, apesar da crise profunda e repentina, a proporção do Produto Interno Bruto (PIB) destinado aos programas sociais tenha aumentado.

A realidade econômica testou a criatividade das mulheres para enfrentar as dificuldades, sobretudo no âmbito doméstico, devido aos problemas de abastecimento e serviços que surgiram. A FMC apoiou os programas priorizados pelo Estado que

manteve a vontade política de prosseguir com a luta pela igualdade da mulher.

A FMC criou, em 1990, a primeira Casa de Orientação à Mulher e à Família. Estendeu-se a todos os municípios do país, para suprir as necessidades da população no âmbito familiar e oferecer informação e consultoria sobre saúde sexual e reprodutiva, convivência e violência intrafamiliar, prevenção de Infecções de Transmissão Sexual (ITS), do HIV/AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) e educação sexual, entre outros temas. Atualmente em Cuba funcionam 175 casas.

O trabalho acadêmico interterceiro e comunitário foi fortalecido com o uso da metodologia dos Processos Comunitários de Correção (ProCC), que intervém sobre as inquietudes da vida cotidiana. A formação de profissionais nessa metodologia e a experiência de trabalho comunitário em Pílon (1992-1994), um dos municípios da província oriental de Granma, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,261 em 1990, o mais baixo do país, no CENESEX, geraram a nova área de desenvolvimento: o trabalho comunitário (CIEM-PNUD, 2000).

Simultaneamente o CENESEX elaborou um sistema para organizar a pós-graduação, no qual introduziu cursos, certificações e mestrados abalizados pelo Instituto Superior de Ciências Médicas de La Havana.



Junto ao MINSAP, em 1993, criou-se as disciplinas de Sexologia e Educação Sexual em todas as universidades médicas do país e na Escola Nacional de Saúde Pública, com o propósito de introduzir uma visão mais integradora do ser humano como sujeito sexuado.

Como parte do Programa Nacional de Educação Sexual, em 1992, tomou organicidade o projeto de maternidade-paternidade responsável, que tem como objetivo fundamental preparar a mãe, o pai e os outros familiares, com enfoque de gênero, para o processo de gestação, parto, puerpério e atenção aos primeiros anos de vida dos filhos. Imediatamente passou a ser um dos programas do Ministério de Saúde Pública do Programa de Atenção Materno-Infantil.

A área de divulgação do CENESEX se modificou e ampliou ao elaborar estratégias de comunicação social. Como resultado dessa nova concepção, em 1994, fundou-se a

revista *Sexología e Sociedad* (2012) e a seção «Sexo Sentido» do jornal *Juventud Rebelde* (1994). As condições do Período Especial determinaram a descontinuidade do Sexo Sentido, até seu reaparecimento em 2000 como seção fixa, aos sábados.

Em 1996, por meio de um acordo entre o Ministério de Educação e o CENESEX e com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas, a educação sexual foi estendida a todos os níveis do Sistema Nacional de Educação (SNE) por intermédio do projeto «Por uma educação sexual responsável e feliz», com ênfase no ensino médio e enfoque de gênero como eixo transversal. Em 1997, a FMC fundou seu Centro de Estudos para coordenar a formação e a capacitação da população feminina em temas de gênero, assim como também criou o Grupo Nacional de Atenção e Prevenção da Violência Intrafamiliar.



O compromisso da política governamental com relação ao progresso da mulher passou do processo de participação, iniciado na década de 1960, para a introdução do termo de igualdade, em 1970, até chegar à explicitação da categoria gênero, contida no Plano de Ação Nacional de Seguimento à Conferência de Beijin, China, aprovado em 7 de abril de 1997 como acordo do Conselho de Estado (Gaceta Oficial de la República de Cuba, 2002).

O impacto do HIV na população masculina tornou necessária a estratégia dirigida aos homens que mantêm relações sexuais com homens (HSH) para reduzir o risco epidemiológico dessa população. Embora, as primeiras pessoas diagnosticadas com o HIV foram homens heterossexuais, em pouco tempo aumentou a incidência entre os homossexuais e bissexuais que apresentavam comportamentos sexuais de risco. O CENESEX e o Centro de Prevenção de ITS-HIV/AIDS, criado em 1998, começaram a desenvolver programas para formar



promotores de saúde sexual entre os indivíduos com orientação homo-bissexual masculina e os transgênero (Rodríguez -Lauzurique, 2005; Rodríguez-Lauzurique *et al.*, 2009).

Em 2000, as políticas acordadas no Grupo Operativo para o Enfrentamento e a Luta contra a AIDS (GOPELS) surgiu o projeto HSH para a prevenção do HIV/AIDS. Grupo informal da sociedade civil que dirige seus esforços para capacitar seus integrantes como promotores e conselheiros da saúde e desenvolver atividades de prevenção em lugares de encontros, pois essa população começava a apresentar os valores mais elevados da epidemia (Gorry, 2008).

Durante esse período de tempo foram realizados congressos científicos importantes, entre os quais, se destaca o XVI Congresso Mundial de Sexologia em 2003. Durante sua preparação fortaleceu-se a capacidade organizadora do CENESEX, analisou-se criticamente o trabalho realizado, incluída a confrontação de suas áreas de ação com os avanços da educação sexual e a sexologia no plano nacional e mundial, sistematizaram-se as prioridades, os princípios e os objetivos do Programa Nacional de Educação Sexual (ProNES) (Castro-Espín, 2002).

Sobre a base dessa experiência, definiu-se como desafio principal contextualizar o ProNES dentro das novas demandas de desenvolvimento científico e social.



Esse processo significou um salto qualitativo, teórico, metodológico, ideológico, político e prático.

No contexto do congresso mencionado, foi apresentada uma análise da origem, desenvolvimento e situação atual do programa, no qual se propõe as prioridades, os princípios e os objetivos para sua continuidade.

“[...] prioridades:

- O direito de todas as pessoas, sem distinção de sexo, raça, idade, orientação sexual, capacidades sensoriais, intelectuais e físicas, crenças políticas e religiosas, para receber uma educação sexual como parte de sua educação integral.
- O direito de todas as pessoas, sem exceção, de serem atendidas quanto à sua saúde sexual dentro de uma concepção integral de saúde.
- O respeito à dignidade humana, do qual se deriva o respeito consequente dos direitos sexuais de todos e de todas.
- A criação de condições materiais e ideológicas que favoreçam o desenvolvimento de uma sexualidade plena, saudável, responsável e feliz.

• O desenvolvimento da capacidade de gestão local nas comunidades para a atenção às necessidades relacionadas com a sexualidade de diferentes grupos populacionais vulneráveis.

[...] Princípios nos quais se baseia essa política e que, portanto, mediam sua aplicação:

- *Caráter multidisciplinar*: a natureza e a complexidade da sexualidade como objeto de estudo requer um programa que conte com a participação e a inter-relação de diversas disciplinas científicas.
- *Aplicação intersectorial*: as problemáticas da sexualidade reclamam a ação coordenada de diversas instituições do Estado e das organizações sociais.
- *Caráter histórico*: o Programa Cubano de Educação Sexual é dinâmico, respeita a história e a evolução dos contextos e dos cenários específicos, o qual permite desenvolver atividades de intervenção que garantam seu aperfeiçoamento contínuo.
- *Perspectiva de gênero*: a sexualidade, sua educação, orientação e terapia requerem entendimento profundo sobre a relação complexa que existe entre diversidade, similaridades e diferenças entre homens e mulheres, assim como de critérios firmes de equidade que se direcionem para eliminar as atribuições socioculturais sexistas instituídas no decorrer da história.
- *Referência científica*: uma concepção dialética materialista e humanista da sexuali-

dade, sua educação, orientação e terapia.

[...] Objetivos:

- Desenvolver a educação da sexualidade, sem elementos de discriminação sexista, nas etapas diferentes da vida e como parte da formação integral do indivíduo.
- Promover a saúde sexual como um elemento fundamental da qualidade de vida em grupos diferentes de idade e de população.
- Educar no respeito aos direitos sexuais de todas e de todos.
- Propiciar reflexões sistemáticas que modifiquem estereótipos e preconceitos, que promovam atitudes e condutas favoráveis ao desenvolvimento de uma sexualidade saudável, plena, responsável e prazerosa.
- Os avanços em matéria de educação sexual, com apoio político, social e econômico do Estado, são significativos e nos permitem ter uma consciência maior dos problemas nos quais devemos aprofundar os conhecimentos científicos e aperfeiçoar as ações.” (Castro-Espín, 2002, p.6,7).

Entre as conquistas mais transcendentess dessa etapa está criar e implementar de forma gradual o Programa Nacional de Educação Sexual na escola, para todos os níveis de ensino do Sistema Nacional de Educação, em 1996, como uma das principais estratégias do ProNES.

Apesar da crise do Período Especial em Tempo de Paz,

que provocou um impacto negativo sobre o desenvolvimento econômico e social em Cuba, com a criação do CENESEX, as bases científicas da educação sexual se ampliaram e aprofundaram e seu desenvolvimento metodológico enriqueceu, mediante a introdução do enfoque de gênero como eixo transversal do Programa Nacional de Educação Sexual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A definição de política social apresentada na introdução desse trabalho permite considerar que a educação sexual, com enfoque de gênero e em contexto mais amplo de equidade e justiça social, se constituiu em objeto de política a partir das etapas mais precoces da transição socialista em Cuba.

Essa característica para configurar a educação sexual como política social é um indicador de relevância dentro da estratégia de desenvolvimento que o país avaliou. Ele passou e passa por um processo de superação na amplitude e na integralidade das orientações e problemáticas que enfoca.

A política cubana de educação sexual é o resultado de um histórico contínuo, de um processo emancipador que reflete os conflitos e as contradições de uma sociedade em transformação permanente.





## REFERÊNCIAS

- Albizu-Campos-Espiñeira JC, Benítez-Pérez ME, Catasús-Cervera S, Farnós-Morejón A, González-Quiñones F, Alfonso-Fraga JC, Alvarez-Vázquez L, Sosa-Marín M, Valido-Salas, S, Jiménez-Araya T, MacDonald A. Cuba: transición de la fecundidad. Cambio social y conducta reproductiva. La Habana, Cuba: CEDEM – ONE-MINSAP; 1995.
- Alfonso-Fraga JC. El descenso de la fecundidad en Cuba: de la primera a la segunda transición demográfica. *Rev Cubana Salud Pública* [Internet]. 2006 [accedido en 2010 Nov 10]; 32(1):19p. Disponible en: [http://scielo.sld.cu/scielo.php?pid=S0864-34662006000100002&script=sci\\_arttext#asterisco#asterisco](http://scielo.sld.cu/scielo.php?pid=S0864-34662006000100002&script=sci_arttext#asterisco#asterisco).
- Álvarez-Suárez M. Prólogo. In: Centro de Estudios de la FMC. Cátedras de la Mujer en Cuba: experiencias de transversalización de género. *Cambiar cambiando*. La Habana, Cuba: Editorial de la Mujer; 2008.
- Asamblea Nacional del Poder Popular. Constitución de la República de Cuba. La Habana, Cuba: Asamblea Nacional del Poder Popular; 2003. p.34.
- Castro-Espín M. El Programa Nacional de Educación Sexual en la Estrategia Cubana de Desarrollo Humano. *Rev Sexol Soc*. 2002;8(20):4-9.
- Castro-Espín M. La transexualidad en Cuba. La Habana, Cuba: Editorial CENESEX; 2008.
- Castro-Ruz F. La historia me absolverá. La Habana, Cuba: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado; 1993.
- Catasús-Cervera S, Rodríguez-Gómez G. Fecundidad. In: Colectivo de autores. *Población y desarrollo*. La Habana, Cuba: Centro de Estudios Demográficos –Universidad de La Habana; 2009. p.39.
- CEDEM - Centro de Estudios Demográficos. *Población y desarrollo*. La Habana, Cuba: Universidad de La Habana; 2009. Colectivo de autores.
- CENESEX - Centro Nacional de Educación Sexual. *Rev Sexol Soc*. 1994;1:1-40.
- CIEM-PNUD - Centro de Investigaciones de la Economía Mundial (CIEM) y Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). *Informe sobre desarrollo humano y equidad en Cuba 1999*. La Habana, Cuba: Caguayo; 2000.
- Comité Central del Partido Comunista de Cuba. Informe del Comité Central del PCC al Primer Congreso, presentado por el compañero Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del PCC. La Habana, Cuba: Editorial de Ciencias Sociales; 1978.
- Departamento de Orientación Revolucionaria del Comité Central del Partido Comunista de Cuba. *Tesis y Resoluciones*. La Habana, Cuba: Departamento de Orientación Revolucionaria; 1976. [I Congreso del Partido Comunista de Cuba; 1975 dec 17-22; La Habana, Cuba].
- Espín-Guillois V. Discurso en el acto nacional de la FMC por el XX Aniversario de la victoria de Girón 14 de abril de 1981 en la gesta revolucionaria: acciones y héroes. In: Espín-Guillois V. *Discursos, entrevistas, documentos*. La Habana, Cuba: Editorial de la Mujer; 1990a. p.1-7, 260.
- Espín-Guillois V. *Informes centrales de los Congresos de la FMC*. La Habana, Cuba: Federación de Mujeres Cubanas; 1990b.
- Espín-Guillois V. Conferencia Inaugural: Historia de la Educación Sexual en Cuba. *Rev Sexología y Sociedad*. 2007;13(34):23-4, 27. [Presentado en el XVI Congreso Mundial de Sexología; 2003 mar 10-14; La Habana, Cuba].
- Espina-Prieto M. Desarrollo, desigualdad y políticas sociales. *Acercamiento desde una perspectiva compleja*. La Habana: Publicaciones Acuario; 2010.
- Federación de Mujeres Cubanas. *Memoria*. La Habana, Cuba: Federación de Mujeres Cubanas; 1962. [Presentado en el 1er. Congreso Nacional de Mujeres Cubanas; 1923 abr 1-7; La Habana, Cuba].
- Federación de Mujeres Cubanas. *Memoria*. La Habana, Cuba: Editorial Orbe; 1975. p. 211-212. [Presentado en el II Congreso Nacional de la Federación de Mujeres Cubanas; 1974 nov; La Habana, Cuba].

Gaceta Oficial de la República de Cuba. Plan de Acción Nacional de Seguimiento a la Conferencia de Beijing República de Cuba. In: Algo más que palabras... El Post-Beijing en Cuba: Acciones y Evaluación. La Habana, Cuba: Editorial de la Mujer; 2002.

Gorry C. La estrategia cubana de respuesta al VIH/Sida: un enfoque integral con base en los derechos. La Habana, Cuba: MEDICC Review –OXFAM Programa Conjunto Cuba; 2008.

Juventud Rebelde. Sexo Sentido. Edición especial. VII Congreso Latinoamericano de Sexología y Educación Sexual. La Habana, Cuba; 1994.

Moya-Richard I. Alas desatadas. La Jiribilla [Internet]. 2009 [accedido en 2010 Nov 10]: [5p.] Disponible en: [www.lajiribilla.cubaweb.co.cu/2009/n400\\_01/400\\_05.html](http://www.lajiribilla.cubaweb.co.cu/2009/n400_01/400_05.html).

ONE - Oficina Nacional de Estadísticas. Mujeres cubanas. Estadísticas y realidades 1958 -2008. La Habana, Cuba: ONE; 2010.

Proveyer-Cervantes C, Fleitas-Ruiz R, González-Olmedo G, Múnster-Infante B, Cesar MA. 50 años después: mujeres en Cuba y cambio social. La Habana, Cuba: OXFAM International; 2010. p.8.

República de Cuba. Código de Familia. Ley No. 1289 de febrero de 1975. Gaceta Oficial de 15 de febrero de 1975. La Habana: Editorial Orbe; 1975.

Rodríguez-Lauzurique RM. Prevenir desde la diversidad. La Habana, Cuba: Editorial CENESEX; 2005.

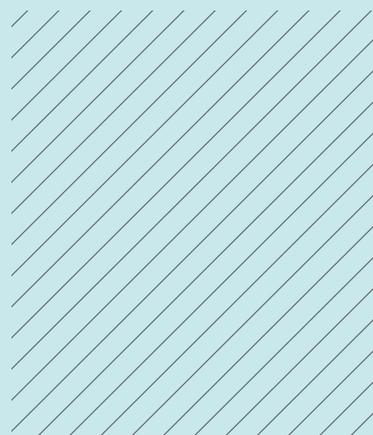
Rodríguez-Lauzurique RM, Alfonso-Rodríguez AC, González Jiménez M. Prevenir desde la diversidad sexual. Herramientas para el autocuidado y la prevención de las ITS y el VIH. La Habana, Cuba: Editorial CENESEX; 2009.

Sexología y Sociedad. [Accedido en 2012 junio]. Disponible en: <http://www.cenesex.sld.cu/webs/revista.htm>

Sosa-Marín M. Aborto en Cuba. Breves consideraciones históricas y jurídicas. situación actual. Panamá: Publicación FIGO; 2008.

Terry-Molinert H. Prólogo. In: Castell Florit P. La intersectorialidad en la práctica social. La Habana, Cuba: Editorial Ciencias Médicas; 2007.

Vasallo-Barrueta N. Los estudios de la mujer, mujeres y género en Cuba. In: Lundy C, Vasallo-Barrueta N. (eds.). Mujeres cubanas. Historia, contradicciones y cambios contemporáneos. Ottawa, Canada: Editorial Carleton University; 2001.



**Mariela Castro Espín:** *Mestre em Ciências; Professora auxiliar e investigadora auxiliar da Universidade Médica de La Habana; Presidente da Cátedra de Sexologia e Educação da Sexualidade da Escola Nacional de Saúde Pública e da Comissão Nacional de Atenção Integral às Pessoas Transexuais; Diretora do Centro Nacional de Educação Sexual; Membro do Conselho Assessor da Associação Mundial de Saúde Sexual.*

*E-mail: [cenesex@infomed.sld.cu](mailto:cenesex@infomed.sld.cu)*

